

Banco Mundial avalia adoção do Bolsa-Escola

Bird estuda o custo do programa para implantá-lo em todo o País

Seriam atendidas 22 mil famílias com renda inferior a um mínimo

O Banco Mundial (Bird) está levantando os custos da adoção em todo o Brasil do Programa Bolsa-Escola implantado pelo governo do Distrito Federal (PT). O banco considera a iniciativa uma forma de otimizar o desempenho da educação básica e, em consequência, reduzir a pobreza. O representante do Banco no Brasil, Gobind Nankani, anunciou ontem, durante seminário da ala progressista da Igreja e movimentos populares, que os estudos ficarão prontos dentro de alguns meses para servirem de subsídio ao programa do próximo governo, caso fique constatada a viabilidade fiscal do programa.

Estimativas preliminares do Bird indicaram que o País gastaria anualmente entre R\$ 9 bilhões e R\$ 27 bilhões - o equivalente a 1% a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) - para garantir o pagamento de um salário mínimo às famílias pobres que mantivessem seus filhos entre sete e 14 anos freqüentando as escolas. O Bolsa-Escola beneficia 22,6 mil famílias (44,8 mil alunos

bolsistas) com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Em troca da freqüência de seus filhos em 90% das aulas, as famílias recebem do governo local um salário mínimo mensal.

Na última segunda-feira, o presidente Fernando Henrique Cardoso elogiou o Bolsa-Escola em uma solenidade com ministros de Educação de países latino-americanos. Nankani lembrou a avaliação positiva do programa feita pelo Unicef (órgão das Nações Unidas para a Infância), que destacou o êxito da iniciativa para a manutenção das crianças nas escolas.

Relatório

Segundo o relatório do Unicef, enquanto 17,7% das crianças entre sete e 14 anos que não tinham bolsas não foram aprovadas em 96, só 8,9% dos bolsistas se encontravam nessa situação, "marcando um enorme impacto do programa sobre o problema da retenção escolar, que é a repetência e sua seqüela imediata, o posterior abandono do aluno".

O apoio do Bird à expansão do Bolsa-Escola se insere na nova diretriz do banco, de enfatizar investimentos nas áreas sociais. Ontem, Nankani disse à platéia de cerca de cem representantes da Igreja Católica e outras seis igrejas cristãs, movimentos populares e organizações não-governamentais da área social, que o efeito da estabilização econômica no Brasil já esgotou sua contribuição para a redução da pobreza e desigualdade no País. "O efeito positivo da queda da inflação já terminou. Agora é preciso fazer a economia crescer e reforçar os gastos na educação, saúde, saneamento básico e reforma agrária", ressaltou Nankani.